



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

Interpelação escrita

Comunicação e coordenação com o exterior sobre as políticas de prevenção e controlo de doenças

Desde o início do corrente ano, altura em que eclodiu o surto de COVID-19, o Governo da RAEM tem lançado uma série de políticas preventivas, cujos resultados estão à vista de todos. Porém, parece que surgem sempre problemas de comunicação entre os serviços públicos da RAEM e as empresas privadas e os serviços públicos de outras regiões.

Exigir aos passageiros que se deslocam até Macau a apresentação de atestado médico com resultado negativo do teste de ácido nucleico, antes de embarcarem no avião, é uma medida importante dos trabalhos de prevenção da epidemia, que foi publicada no dia 15 de Abril pelo Centro de Coordenação de Contingência do Novo Tipo de Coronavírus, doravante designado por Centro de Coordenação. Todavia, segundo os estudantes e residentes que regressaram a Macau, mesmo no início de Maio, o pessoal da linha de frente de algumas companhias aéreas sediadas ou com sucursais em Macau desconhecia como executar, em concreto, esta medida. Por exemplo, alguns agentes da linha de frente exigiram a apresentação do certificado de teste de ácido nucleico, emitido pelo hospital local, com mais de 10 dias de antecedência em relação à sua partida, caso contrário, não podiam embarcar no avião. Mais tarde, verificou-se que o período de validade do teste era apenas de sete dias. Além disso, o pessoal da linha de frente exigiu aos passageiros, provenientes dos Estados Unidos da América com destino a Macau e escala no Japão, a apresentação do certificado do teste de ácido nucleico emitido por um hospital japonês, e não reconhecia os certificados emitidos no local da partida, ou seja, emitidos nos Estados Unidos. Esses passageiros não podiam deixar o aeroporto para ir ao hospital fazer testes, nem havia meios para fazerem os testes na área restrita do aeroporto, portanto, tal exigência era completamente inoperacional. E quando os passageiros telefonaram para o Centro de Coordenação para pedir apoio, o pessoal do Centro limitou-se a dizer que não dispunha de meios para contactar directamente

IE-2020-08-14 Lam Lok Fong (P) AV-APN



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

com as companhias aéreas. Por fim, conseguiram contactar os Serviços de Saúde por e-mail, e depois de receberem a resposta, encaminharam-na para as companhias aéreas. E quando as companhias aéreas levantaram dúvidas, os passageiros tiveram de contactar novamente os Serviços de Saúde através de e-mail e, em seguida, transmitir as respectivas respostas às companhias aéreas. Estes passageiros só conseguiram regressar a Macau depois de várias vicissitudes, o que demonstra que o Governo da RAEM não tem uma comunicação interna eficaz no âmbito das políticas de prevenção e controlo de doenças, nem tem um mecanismo eficaz para a divulgação e a comunicação com as instituições privadas.

Por outro lado, no dia 12 de Agosto foi eliminada a quarentena obrigatória no Interior da China para os indivíduos que regressassem de Macau. No entanto, segundo informações de residentes e reportagens dos meios de comunicação social, no dia 12, um passageiro telefonou para um departamento de prevenção de epidemias de uma cidade do Interior da China, a fim de confirmar se a quarentena tinha sido eliminada, e foi informado que os indivíduos que regressassem de Macau tinham de cumprir 14 dias de quarentena.¹ Segundo notícias recentes dos órgãos de comunicação social, um residente de Macau, depois da chegada a Fujian a bordo de um avião, teve de se deslocar para um local indicado para fazer a quarentena. Apesar de o Governo ter esclarecido atempadamente a situação, e de não ser o Governo da RAEM a tomar a decisão de afrouxar a quarentena nas cidades do Interior da China, mesmo assim, este caso demonstra que o Governo da RAEM não dispõe de um canal eficaz para a comunicação e a coordenação com os governos locais do Interior da China. Por isso, para além da fraqueza da troca de informações interna e entre o Governo e as entidades privadas, parece que também são fracas a comunicação e a coordenação com os governos locais do Interior da China, o que carece de revisão e aperfeiçoamento.

Assim sendo, interpelo sobre o seguinte:

¹ “As políticas do Governo Central não chegam até à camada de base. Segundo os residentes, quem regressa a Fujian tem de cumprir, obrigatoriamente, 14 dias de quarentena.” – Diário Ou Mun, 14 de Agosto de 2020.



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

1. De que mecanismos dispõe o Governo para assegurar que o pessoal da linha da frente das entidades públicas e privadas (por exemplo, das companhias aéreas que operam voos em Macau e precisam de conhecer as medidas relativas ao teste de ácido nucleico) conheça e execute efectivamente as novas políticas? Como é que o Governo da RAEM dialoga com as partes envolvidas sobre as diversas políticas? Há mais alguma forma para além das conferências de imprensa?

2. O Centro de Coordenação deve tomar a iniciativa de criar um mecanismo para acompanhar as questões dos cidadãos, quando as entidades públicas e privadas, que têm de aplicar as medidas de prevenção de epidemias, desconhecem a forma concreta da sua execução. E deve ainda dar orientações às entidades em causa e, posteriormente, reforçar a respectiva fiscalização. Isto vai ser feito?

3. Que forma vai o Governo da RAEM adoptar para divulgar as medidas de prevenção da epidemia implementadas por outros governos, mas que envolvem Macau? Como é que se assegura que a forma de divulgação adoptada vai fazer com que as entidades em causa fiquem efectivamente a par das novas políticas a implementar? Existe algum mecanismo de comunicação eficaz?

14 de Agosto de 2020

**A Deputada à Assembleia Legislativa da Região
Administrativa Especial de Macau,
Lam Iok Fong**

IE-2020-08-14 Lam Iok Fong (P) AV-APN